

-----ACTA N.º 001/2005-----

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE FERREIRA DO ZÊZERE
AOS VINTE E CINCO DIAS DO MÊS DE
FEVEREIRO DE DOIS MIL E CINCO-----**

-----Aos vinte e cinco dias do mês de Fevereiro de dois mil e cinco, na Vila de Ferreira do Zêzere, Edifício da Biblioteca Municipal, face a convocatória para o efeito oportunamente remetida nos termos regimentais pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, António Fernando Lopes Carraço, reuniu este Órgão com a seguinte **ordem de trabalhos:- Período de Antes da Ordem do Dia - Tempo reservado à intervenção do público, nos termos do n.º 6 do art.º 84.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - Período da Ordem do Dia: 1.- Análise, discussão e votação da “Ficha Técnica da Habitação – Fixação de Taxas” ao abrigo da alínea e), do n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; 2.- Apreciação da informação escrita apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e), do n.º 1 do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; 3.- Outros Assuntos de Interesse para a Autarquia, ao abrigo da alínea r), do n.º 1, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro. -----**

-----Eram vinte horas e quarenta minutos quando, verificando-se a existência de “quorum”, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, nos termos regimentais, deu início à Reunião. **PRESENTES** os seguintes **Deputados da Assembleia Municipal:** - António Fernando Lopes Carraço, Manuel da Conceição

Antunes Ribeiro, João Costa da Silva, Adriano Jorge Dias Rebelo, José António Machado Alcobia Fernandes, Eduardo José Ferreira Mendes, José Augusto da Silva Cruz, Aurélio da Conceição Nunes, Eurico de Alcobia, Isabel Rosário Baptista, Aires Ferreira Graça, Hélder Filipe Gomes Pereira Cruz, Bruno Miguel Alves Silva, Carlos Manuel Garcia Ferreira, Fernandinho Gomes Lourenço, Agostinho da Cruz, José Manuel Martins Russo, Fernando da Conceição Ribeiro, Manuel Cardoso Lourenço, João Paulo Antunes Henriques, José Saramago Heitor Amaro e Francisco Baptista. **AUSENTES:** Rui Manuel Duarte Marques e José Marques Nunes. **A Câmara Municipal** fez-se representar pelo seu Presidente, Luís Ribeiro Pereira e pelos senhores vereadores, Jacinto Manuel Lopes Cristas Flores, Carlos Alberto Mendes Martins e Carlos Ferreira Salgado. -----

-----**Composição da Mesa da Assembleia Municipal:** Presidente da Mesa da Assembleia, António Fernando Lopes Carraço, 1.º Secretário Eurico de Alcobia e 2.º Secretário Aires Ferreira Graça. -----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

-----**1.º Ponto:- Período de tempo reservado à intervenção do público, nos termos do n.º 6 do art.º 84.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro.** -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal começou por agradecer a presença do Sr. João Rato do “Despertar do Zêzere”, do público presente e dos funcionários da Câmara Municipal que prestam apoio administrativo à Assembleia Municipal. Perguntou em seguida se algum dos presente queria fazer alguma intervenção. -----

-----O Deputado Municipal João Costa solicitou o uso da palavra, ao abrigo do artigo 86.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º

ACTA DE 25/02/2005

5-A/2002 de 11 de Janeiro. Dirigindo-se aos presentes começou por felicitar a bancada socialista pela vitória nas eleições legislativas de 20 de Fevereiro. Em seguida referiu que era a última vez que, o Deputado João Costa, intervinha naquela Assembleia sobre a demolição dos Paços do Concelho, porque considera-se esclarecido, cabal e documentalmente, de tudo o que se passou e desejava que outra entrevista saísse no “Despertar do Zêzere” porque, naturalmente, é social democrata e os resultados deste concelho e os do distrito, interpreta-os muito bem porque tem condições para isso. Os resultados não são animadores. Há uma coisa que sabe fazer muito bem que é pedir desculpa quando o tem que fazer. Faz isso com humildade e com olhos na cara. Pediu mais uns quantos documentos à Câmara, ao abrigo do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, e foi-lhe finalmente enviada a memória descritiva e justificativa que esteve na origem das obras nos Paços do Concelho no edifício do século XVIII porque agora têm um edifício do século XXI. E aquela memória descritiva diz muito claramente duas coisas que, muitos dos senhores Deputados que ali estão conseguem muito bem saber, como ele sabe, e os dicionários ensinam. A primeira palavra estava perfeitamente bem para aquilo que pensa que foi a ideia original: “Recuperação do edifício dos Paços do Concelho”. Este era o título primeiro. No parágrafo n.º 2 diz uma outra coisa: “a opção tomada foi a reconstrução completa do edifício existente”, que é outra coisa completamente diferente. Não querendo minimizar nem ferir intelectualmente ninguém referiu que os senhores Deputados Municipais têm à sua disposição, assim como ele tem, o Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia de Ciências de Lisboa pelo que procedeu à leitura de um documento e disse que ia fazê-lo porque iam aprovar umas actas onde está uma moção de censura ao seu atrevimento. A censura terminou com a revolução, mas cada pessoa toma a atitude que achar por

bem. O documento diz o seguinte: «GAT-TOMAR 4FZ – 238 – RECUPERAÇÃO DO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO – No Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea Academia das Ciências de Lisboa (DA VERBO). **Na Página 3131 item 1, a palavra RECUPERAÇÃO Significa, Restituição da funcionalidade e do aspecto a um edifício, através de obras de reparação.**

MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA II-A opção tomada foi a reconstrução completa do edifício existente! No mesmo Dicionário na **página n.º 3124**, a palavra reconstrução significa: item 1 – **Nova construção; acto ou efeito de reconstruir. Item 2, reedificação do que caiu, do que ruiu.** (só que esta opção foi tomada em 1999) como é que já sabiam em 1999 que o edifício ia cair? No item 3, a mesma palavra significa, **Edifício construído de novo. Na mesma Página 3124 Temos a palavra Reconstruir item n.º 1; Significa: Pôr de novo em pé aquilo que foi destruído ou danificado; construir de novo**, portanto não resta nenhuma dúvida, a intenção do Executivo foi sempre, demolir para RECONSTRUIR, foi a decisão tomada em 1999, Reconstrução Completa do edifício Existente. Logo mantenho tudo o que disse antes e, em conformidade com a Lei enviei a competente comunicação ao M.P. de Ferreira do Zêzere. Sr. Deputado Eduardo Mendes e restantes que aprovaram a **CENSURA** ao comportamento do Deputado João Costa não altera a verdade dos factos bem pelo contrário, Senhores Deputados eu percebo o vosso desespero para libertarem o executivo municipal de responsabilidades, só que isso não é possível, porque esta Assembleia não tem poderes para alterar o **Código Penal**. Senhor **Deputado Eduardo Mendes**, como porta-voz dos que assinaram a CENSURA, o melhor que tem a fazer, é ler os resultados, em termos percentuais, Distritais, das eleições de 20 de Fevereiro, o povo é quem mais ordena e não é estúpido. Terminando dizendo aos Senhores Deputados a CENSURA foi abolida com a revolução de Abril,

mas como o hábito faz o monge não me surpreende esta atitude, e não me peçam para eu apoiar a destruição do património cultural dos Ferreirenses.». Como Ferreirense que é disse para não lhe pedirem para violentar e destruir o património cultural dos Ferreirenses. Podem fazer as moções que quiserem mas a verdade é que tinham um edifício do século XVIII e agora têm um edifício do século XXI, e mais coisas foram alteradas que constam da memória descritiva e justificativa. Não é fazendo moções de censura a A, B ou C ou D que lá vão. É construindo obra séria, desenvolver o concelho e pô-lo na rota do dinamismo e do desenvolvimento. -----

-----**ACTAS DAS SESSÕES ANTERIORES:** Colocada a apreciação a Acta da 2.^a Sessão Extraordinária realizada em 07/12/2004, registaram-se as seguintes intervenções: -----

-----O Deputado Municipal Manuel Lourenço interveio referindo-se a uma intervenção do Presidente da Assembleia Municipal que dizia: “O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal antes de dar a palavra ao Eng.º Campelo interveio dizendo que já não era a primeira vez que o Deputado Manuel Lourenço insinuava que ele não quis fazer a sessão ou que ela estava marcada.” Não concorda com a palavra “insinuava” porque não se lembra de ter dito alguma vez que a Assembleia estivesse marcada. O que se lembra de perguntar ao Presidente da Assembleia foi, quando é que este marcava a tal Assembleia Extraordinária prometida ali, aos Deputados. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em resposta afirmou que tinha dito a palavra “insinuava” e que não a retirava.-----

-----O Deputado Municipal João Costa no uso da palavra e referindo-se às suas intervenções, solicitou que fosse transcrito para a acta, uma vez que não consta da mesma, os excertos que leu das actas do executivo e das informações dos serviços

técnicos, bem como a referência que fez ao Despertar do Zêzere mostrando uma fotografia do Edifício. Solicitou ainda que passasse a constar da acta n.º 06/2004 o que disse ao Eng. Campelo sobre a suposta alteração dos vidros e por fim que também fosse transcrito para a acta que não apresentou nenhum requerimento à Assembleia mas sim uma declaração política. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou a acta a votação, com as alterações pedidas. -----

-----**Colocada a votação a acta foi aprovada por 16 votos a favor, 5 abstenções e 1 voto contra.**-----

-----Colocada a apreciação a Acta da 5.ª Sessão Ordinária realizada em 17/12/2004, registaram-se as seguintes intervenções: -----

-----O Deputado Municipal Manuel Lourenço referiu-se a uma intervenção do Presidente da Câmara em que se lê: “quanto às placas, todas as obras precisam de identificação. Na do Salgueiral elas não foram colocadas logo no início e nas Gontijas vão ser colocadas como é obrigatório”. Não concorda quando o Presidente da Câmara diz que as placas foram colocadas logo no início, porque estas não foram colocadas logo no início. Quanto às Gontijas nunca lá existiram placas. Chamou a atenção para a frase “nalguns casos se calhar não o fizeram” pois o Presidente da Câmara está aqui a contradizer-se. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal lembrou ao Deputado Manuel Lourenço que estavam a discutir o que estava escrito na acta. Para haver alterações tinham de voltar a ouvir o que estava dito nas cassetes. -----

-----O Deputado Municipal Antunes Ribeiro interveio dizendo que ia votar contra aquela acta porque ela não refere algumas coisas que aconteceram, que dizem respeito às suas palavras e que considera relevantes. Disse que não ia referir as

coisas em falta porque já o fez muitas vezes e, não pode julgar as pessoas, mas pensa que deve ser intencional. -----

-----O Deputado Municipal João Costa fez referência à sua intervenção na Assembleia de 17 de Dezembro quando disse porque motivo tinha deixado o cargo de tesoureiro da Comissão Política Concelhia do PSD e procedeu à leitura desse excerto da acta. Referiu que naquele momento se dirigiu directamente ao Presidente da Junta de Areias e explicou que o que estava em causa era uma questão financeira e não de caris político.-----

-----O Deputado Municipal Fernandinho Lourenço em resposta referiu que foi apanhado um pouco de surpresa, em relação àquele assunto, e não se lembrava muito bem da situação, mas esclareceu que não é político e que se considera unicamente um gestor da Junta de Freguesia de Areias. Nada tem a ver com os partidos, foi eleito pelas listas do PSD mas não é militante de nenhum partido pelo que desconhece totalmente o que trata de contas. -----

-----**Colocada a votação a acta foi aprovada por 14 votos a favor, 3 abstenções e 5 votos contra.**-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

-----**1.º Ponto:- Análise, discussão e votação da “Ficha Técnica da Habitação – Fixação de Taxas” ao abrigo da alínea e), do n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**-----

-----O Deputado Municipal Adriano Rebelo no uso da palavra começou por felicitar o legislador do Decreto-Lei n.º 68/2004 de 25 de Março, por no primeiro parágrafo dizer a razão desta legislação que quer reforçar os direitos dos consumidores e a protecção a quem compra casa para habitação própria. Fez

referência ao artigo 6.º deste Decreto-Lei e procedeu à leitura de alguns parágrafos do preâmbulo. Em seguida referiu também o n.º 2 do artigo do artigo 4.º e, no capítulo IV – Contra ordenações e fiscalização – fez referência ao artigo 13.º, n.º 1, alínea d) e o artigo 15.º, n.º 3. Foi de opinião que alguns artigos são um pouco confusos e que se trata de um documento que salvaguarda os interesses do consumidor mas cria, de outra maneira, uma série de problemas que não sabe se são viáveis. Terminou a sua intervenção dizendo que vão aprovar uma taxa de 15 € pelo depósito da Ficha Técnica da Habitação e questionou se, de acordo com o n.º 3 do artigo 10.º, se a taxa a cobrar pela Câmara ao proprietário caso este peça uma segunda via da Ficha Técnica é outra. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal respondeu de imediato, esclarecendo que a taxa que estava para aprovação não tem nada a ver com a emissão da segunda via. A segunda via será fotocópia e ser-lhe-à aplicado o preço das fotocópias.-----

-----O Deputado Municipal Bruno Silva em relação a este ponto, concordou plenamente com a obrigação da ficha técnica e da taxa, porque muitos consumidores são enganados na altura da compra dos imóveis. Por outro lado também concorda plenamente com esta taxa porque a construção é uma actividade muito lucrativa e, para além disso é das actividades que mais foge aos impostos. Por isto é de opinião que a taxa devia ser mais elevada porque era mais alguma receita para a Câmara e porque esta actividade paga, e muito bem, estas e outras taxas que possam surgir. Sugeriu à Câmara que pudesse rever o valor da taxa porque é extremamente baixo. Se se mantiver este valor vai votar contra, não contra a taxa em si, mas por ser demasiado baixa.-----

-----O Deputado Municipal Antunes Ribeiro interveio dizendo que, mais uma vez, a taxa era igual para todos, para os pequenos, para os médios e para os muito

grandes. A taxa é baixa e parecia-lhe mais justo e mais correcto que ela tivesse uma relação percentual com o imóvel. Não pode considerar que um indivíduo que faz uma vivenda paga 15 € e outro que faz um 10.º andar paga 15 €. Também foi de ideia de que, para guardar uma série de documentação durante 10 anos, e tendo em consideração o que já foi dito de que não é propriamente uma actividade em que as pessoas venham a estar em franca dificuldade, faz parte do trio dos lobbies e decisão do nosso país. No mínimo a taxa deveria ser indexada aos valores em causa do imóvel, e 15 € também acha pouco, embora se lhe perguntassem se era para uma vivenda qualquer, não sabe se será pouco ou muito. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal explicou ao Deputado que o antecedeu que um 10.º andar paga 15 € por fracção. -----

-----O Deputado Municipal Antunes Ribeiro retomou a palavra e referiu que o seu raciocínio se mantinha, ou seja o valor do património deveria ser tido em atenção. -----

-----O 1.º Secretário da Assembleia Municipal acerca deste assunto, também foi de opinião que o valor é baixo e esclareceu que a taxa é paga por fracção. O papel da Câmara é o arquivo destes documentos. Aceita, no entanto este valor, por uma questão de não encarecer coisas que às vezes as pessoas atribuem alguma importância de que as Câmaras A, B ou C levam muito caro por tudo. Não é propriamente o construtor que está em causa porque quem paga, no final, é o consumidor. Saudou o Decreto-lei em si porque se trata do bilhete de identidade de um bem imóvel que é de uma importância muito grande para as famílias. Quanto à taxa saudou a Câmara por ter atribuído este valor que talvez ajude a fomentar novas habitações e leve os construtores a inclinarem os seus investimentos para o concelho. -----

-----O Deputado Municipal João Costa referiu que genericamente estava completamente de acordo com o Decreto-lei porque vem moralizar a construção e vem, de certa forma, dar garantias ao cidadão que faz a aquisição da sua habitação. Sabe que actualmente a nossa habitação não é a melhor, já tivemos boa construção. Não é o construtor que vai pagar os 15 €, é quem adquire o fogo daí que discorde do aumento da taxa. Efectivamente para as pessoas que já têm fogos há muito tempo vai haver vistorias, concretamente as Câmaras têm equipas que vão ver da salubridade das habitações. Os edifícios são como as pessoas, têm uma vida útil de 100 anos, e se não tiverem manutenção e recuperação caem aos bocados. Outros não chegam aos 100 anos e como dizia o Professor Edgar Cardoso: “meu caro João Costa um prédio é como um carro se não o lubrificar acaba por avariar e tem doenças malditas”. Congratulou-se porque foram ouvidos os órgãos que ali tinham sentido ouvir. As pessoas têm que guardar a sua ficha técnica como quem guarda a sua cédula pessoal, senão quem herdar aquele fogo não sabe já o que é que o empreiteiro é obrigado a ter lá. Isto faz uma garantia a quem adquire habitação. As quatro associações de construção que se fartaram de “espernear” porque os seus membros são obrigados a cumprir com aqueles requisitos, senão não têm licença. Sem aquela cédula não há escritura e se não há escritura não entra dinheiro. Daí pensa que há uma salvaguarda dos cidadãos. -----

-----O Deputado Municipal Eduardo Mendes interveio saudando também o Decreto-lei e referindo que finalmente estava de acordo com alguma coisa do que disse o Deputado Municipal João Costa. Daquilo que o Deputado disse concorda e subscreve a importância deste documento. Quanto ao valor da taxa acha-a cara e diria até que, no limite, aquela taxa nem devia existir. Se há um processo de licenciamento não se concebe que ele chegue ao fim sem que seja passado o Bilhete

de Identidade do edifício. Com todo o respeito por todas as Câmaras, foi de opinião que se trata de uma burocracia que veio a mais, porque se o Bilhete de Identidade é necessário devia ter sido logo pensado e se calhar teria mais sentido todo o processo de licenciamento custar “x” e dar direito, no fim, ao Bilhete de Identidade. Era o selo de garantia de que o processo estava completo. Não obstante isso, obviamente votaria a favor. Referiu que gostava que no fim, o Deputado Antunes Ribeiro, se assim o entendesse, lhe explicasse como é que resolvia o problema de uma taxa baseada no valor, quando a emissão deste documento é feita antes da celebração da escritura. -----

-----O Deputado Municipal Antunes Ribeiro antes de responder referiu que numa Assembleia que faz parte e em que também faz parte o Presidente da Assembleia, este foi vítima da situação porque o Presidente dessa Assembleia entende que as pessoas se inscrevem e ficam inscritas e a seguir só se inscrevem os indivíduos que já se inscreveram e que precisam de responder. Na última Assembleia pareceu-lhe que o Presidente desta Assembleia pretendeu dar um pouco essa ideia ou seguir esse princípio e isso parece-lhe correcto. Isto é, haver pessoas que nunca se inscrevem e ficam para o fim e depois quando se inscrevem não é para defender as suas próprias posições, mas para responder a intervenções dos outros, afinal eles não queriam dizer nada sobre o assunto mas queriam responder ao outro. Não sabe como é o regime, mas tem-se inscrito sempre no princípio com receio que a seguir não se possa inscrever, como aliás fez ao Sr. Presidente da Assembleia Miguel Relvas por azar ao Sr. Presidente da Assembleia Lopes Carraço. Em relação à questão colocada pelo Deputado Eduardo Mendes vai, felizmente, discordar deste. Pensa que na realidade e no café, frequentemente, até pelo grau de conhecimento que os envolve aos dois devem ter muito mais ideias em comum do que divergentes

mas, na Assembleia, ou por estratégia ou por outro motivo qualquer, de vez em quando o Deputado Eduardo Mendes gosta de dizer que está do outro lado e ele se calhar faz o mesmo. A compra de um andar, do seu ponto de vista, é uma responsabilidade muito grande e este documento é fundamental, não para ficar tudo claro porque não ficará, mas melhora. Este documento é fundamental para se gastar 50, 60, 70, 100 mil contos ou 15, porque os pobres também gastam 15 ou 10 pois compram em segunda mão. É um documento que vai a favor dos que menos sabem, dos mais pobres, aqueles que ele considera verdadeiramente pobres, que são os pobres de conhecimento. A taxa pode ser que seja por fracção ou pode ser que não seja, mas todas as pessoas sabem que há fracções a 100 mil contos e há fracções a 10 mil contos, que há vivendas de 200 mil contos e há vivendas de 30 ou 40 mil contos. E embora o preço seja irrisório, todos podem pagar. A ideia é de que a licença de habitação não define nada dessas coisas, como não define a cor dos caixilhos. Esta ficha técnica de habitação é exactamente para classificar o tipo de qualidade da habitação. Insistir que este valor é genericamente baixo e devia ser indexado ao valor, porque esta ficha pretende dar ideia da qualidade do que ali está. Porque podem haver duas casas de 150 m² com coisas completamente diferentes e essa ideia não fica, e depois as finanças que de facto também avaliam casas e têm fórmulas a partir de zonas e metros quadrados, nem sequer vão ver se as casas são boas ou são más. Esta ficha técnica é mais um parâmetro que vai contar na avaliação que eles vão fazer. Pensa que não é preciso saber por quanto é que vão comercializar e pensa também, ao contrário do que disse o Deputado João Costa, que quem paga não é o comprador, porque o construtor vende pelo preço que pode vender. -----
-----O Deputado Municipal João Costa interveio acrescentando que supõe que ainda não saiu o Decreto Regulamentar deste Decreto-lei e deve sempre constar se o

ACTA DE 25/02/2005

Decreto Regulamentar vier a dizer, por exemplo, que a ficha técnica é fornecida pelo construtor ele vai fornecê-la, mas que é ele que custeia isso, deve-se depois desonerar as pessoas. -----

-----O Deputado Municipal Eduardo Mendes dirigindo-se ao Deputado Municipal Antunes Ribeiro referiu que queria que ficasse bem claro que concorda inteiramente e subscreve tudo o que se disse ali a favor do chamado Bilhete de Identidade da Habitação. O que questiona é se deveria haver mais uma taxa ou não, ou seja, se quando se arranca com o processo de urbanização ou de construção, como não faz sentido nenhum, alguém pagar propinas de exame e depois fica a pensar porque é que há-de pagar pela certidão do exame, porque a certidão devia vir incluída nas propinas, também aqui devia vir incluído. Era o selo de garantia final, não era para que substituísse a licença de habitação. E a pergunta que colocou, por mera questão académica e de raciocínio era, quem definia e como definia o valor. O raciocínio do Deputado Antunes Ribeiro em termos de justiça social está correcto, no entanto levanta uma questão técnica uma vez que é requerido pelo promotor imobiliário, pelo homem que vende, é ele que começa por pagar estas licenças todas. É de opinião que ela devia estar incluída no “pacote”. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal expressando a sua opinião acerca deste assunto disse que também acha que a Ficha Técnica da Habitação devia fazer, de facto, parte do “pacote” inteiro da habitação, até porque certamente se não for assim irá obrigar a que alguém volte de novo a perder tempo, com mais requerimentos, à Câmara. Se fosse tudo de uma vez era melhor. -----

-----Não havendo intervenções neste ponto passou-se de imediato à sua votação.

-----Analisada a Ficha Técnica da Habitação – Fixação de Taxas a Assembleia Municipal deliberou **por maioria com 16 votos a favor, 1 abstenção e 5 votos**

contra aprovar a fixação da referida Taxa e a mesma deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.-----

-----O 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal antes de passarem ao ponto seguinte esclareceu que esta taxa tem a ver com o arquivo da Ficha Técnica, não tem a ver propriamente com outra coisa, porque para isso existe a licença de utilização. -----

-----**2.º Ponto: - Apreciação da informação escrita apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e), do n.º 1 do art.º 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**-----

-----O Deputado Municipal Eduardo Mendes interveio referindo que ia falar de pé e informou que o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia da Comunidade Urbana do Médio Tejo uma vez disse que entendia que se devia falar de pé nas Assembleias por homenagem a quem os elegeu, e era por este motivo que ia falar de pé. Referiu em seguida que a página da internet da Câmara está bonita só que as actas continuam a ser sempre as mesmas, as da Câmara pararam em Outubro e as da Assembleia Municipal continuam sem lá estar, pelo que deixou um apelo no sentido de serem colocadas na página da Câmara Municipal. Questionou, em relação à passagem para a Câmara Municipal da Estrada Nacional 238, quais as vantagens e desvantagens que isso trazia e que lhe situassem exactamente o km 14,8. Se correspondia aos antigos marcos ou se era uma medida em relação à estrada como ela está agora. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal em resposta informou que o que se pediu foi a parte urbana e era para ser até à saída da povoação dos Vales. Não foi isso que aconteceu, na realidade ficou pelo meio, ali na baixa. -----

ACTA DE 25/02/2005

-----O Deputado Municipal Manuel Lourenço interveio questionando, quanto à página 3, onde se lê “Projectos aprovados e obras em curso – foi aprovado o plano de segurança e saúde...” que tipo de segurança e saúde é que se queria referir para as Gontijas, nestas obras aliás já concluídas. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal esclareceu que eram os programas da Lei que são obrigatórios. -----

-----O Deputado Municipal Manuel Lourenço retomou a palavra alegando que na página 4 onde diz “Construção do Edifício Sócio-Cultural com execução a decorrer a bom ritmo” não refere qual a freguesia deste edifício. Questionou se seria no centro da Vila. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal em resposta disse que era nas Areias. ----

-----O Deputado Manuel Lourenço continuou lendo, na página 5 que “Foi adquirida por 56.707,66 € parcela de terreno entre a Rua D. Nuno Rodrigues e a R. de S. Miguel para efeito de prolongamento da Travessa Colégio Nossa Senhora do Pranto” pelo que perguntou como é que ia ficar aquela rua ao tirar aquele edifício velho. Se ia haver algum alargamento porque um carro quase não pode curvar ali. Quanto à informação financeira perguntou qual era a percentagem, em valor de capital, que a Câmara ainda tem em relação às Águas do Centro. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal em relação à percentagem, em valor de capital, que a Câmara ainda tem em relação às Águas do Centro informou que se mantinha a mesma.-----

-----O Deputado Municipal Antunes Ribeiro interveio dizendo que genericamente em relação ao relatório, este é longo porque refere sempre muitos subsídios, mas em relação a isto talvez até facilitasse os futuros relatórios se avaliassem as entidades e as associações e definissem um valor mensal ou anual para

ACTA DE 25/02/2005

cada uma. Aquela ideia dos subsídios fazia-lhe lembrar as empregadas domésticas que ganhavam pouco e depois o patrão ainda pagava os subsídios à filha ou os estudos ao filho. Referiu um caso muito concreto sobre o qual colocou algumas questões: a Junta de Freguesia de Dornes tem um edifício, que julga que não é mau, e não sabe se todas as Juntas de Freguesia têm edifício próprio, mas a Junta de Freguesia de Dornes tem. Agora pediu 15 000 euros para a participação na aquisição de um edifício para a sede da Junta de Freguesia. Questionou que edifício era este, que terreno era este, o que é que vão comprar. Perguntou também se o edifício em causa já é da Associação e se esta já recebeu dinheiro da Câmara, e se por acaso os corpos sociais da Associação são os mesmos da Junta de Freguesia. Supõe que este terreno/edifício já teve um subsidio da Câmara para comprar para uma Associação e que agora esta vende à Junta de Freguesia e a Câmara dá outra vez outro subsidio. Pediu desculpa se o que disse não for rigoroso, mas gostava de ser esclarecido. Pensa que a Junta de Freguesia de Dornes não tem um edifício rico, provavelmente, mas conhece Juntas de Freguesia, como por exemplo a Junta de Freguesia de S. João, em Lisboa, que tem 30 000 habitantes, muito mais que três vezes o Concelho, é provavelmente igual ou pior, fica na Rua Morais Soares. Agora uma Junta de Freguesia que tem um edifício e a Câmara vai dar 3 000 contos para comprar mais outro para dar à Junta de Freguesia, depois também não sabe o que vão fazer à anterior, se vai acumular ou se criar, talvez, um Centro de Saúde. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal em resposta às questões colocadas disse que uma das grandes vantagens da EN 238 é a facilidade em termos de construção e também porque recebê-la agora ou daqui a 1 ano quando a obra estivesse terminada era igual. Nessa altura teriam de recebê-la na totalidade e agora ainda conseguiu negociar que fosse só a parte urbana para ficar ainda agarrado às Estradas de

Portugal para ver se conseguem continuar a lutar pela melhoria de toda ela. Quanto parcela de terreno entre a Rua D. Nuno Rodrigues e a R. de S. Miguel, a ideia da Câmara é um dia puxar a rua mais à frente. Tinham que começar por comprar aquela parcela que estava à venda, quando aparecer o resto à venda comprarão. De momento o que vai acontecer é ficar ali um espaço que não vai servir de nada, apenas amplo, mas que será uma situação a estudar. A primeira preocupação foi, quando viu à venda, levar a reunião de Câmara e decidiram, por unanimidade, adquirir. Ainda não fizeram escritura porque o proprietário está a tratar da legalização. Ao Deputado Municipal Antunes Ribeiro referiu que não deviam estar ali a brincar, estão a tratar de coisas sérias e com seriedade e quando o Deputado está com aquela cara de riso que lhe parece de gozo fica-lhe mal. O edifício em causa foi já subsidiado e, se não se engana, quando o Deputado era vereador, à Associação, e agora a Associação está a fazer um edifício novo, não precisa de duas sedes, logo entendeu a maioria da Câmara que daria jeito o edifício à Junta de Freguesia porque esta está a funcionar num 1.º andar sem o mínimo de condições, em termos de acesso, que tenha que ver com dificuldades de mobilidade. É uma escada íngreme que qualquer pessoa, a partir da meia idade, já tem dificuldade em subir. A ideia foi essa, a Câmara aprovou não vendo nisso qualquer ilegalidade ou irregularidade. -----

-----O Deputado Municipal João Costa começou a sua intervenção agradecendo ao Deputado Municipal Eduardo Mendes por aderir à sua iniciativa. Em seguida congratulou-se com a entrada em funcionamento do Gabinete Técnico Florestal na Câmara Municipal e pelo facto de se encontrar a ser actualizada a carta de risco de incêndio do concelho e preparada a candidatura ao Programa AGRIS e o Plano Municipal de Defesa Florestal contra Incêndios nos termos da legislação em vigor.

ACTA DE 25/02/2005

Disse que apoia isto a cem por cento pedindo, em seguida, ao Presidente da Assembleia se houver já uma carta antiga, fazer o favor de lha fazer chegar porque está, exactamente, a fazer um trabalho sobre incêndios e sobre meio ambiente e tem um capítulo sobre isto e sobre o concelho. Se existe esta carta gostava de ter um exemplar para se referir ao assunto com toda a lisura e toda a transparência.-----

-----O Deputado Municipal Antunes Ribeiro no uso da palavra esclareceu que não disse ao Presidente da Câmara que tinha sido cometida uma irregularidade ou uma ilegalidade. Mas colocou uma questão que não lhe foi respondida, que foi se os corpos sociais da Associação são maioritariamente os mesmos da Junta de Freguesia, se o Presidente da Junta está de um lado e do outro.-----

-----O Presidente da Câmara Municipal respondeu que não fazia ideia se os corpos sociais são maioritariamente os mesmos da Junta de Freguesia, mas que o Presidente da Junta não está nos dois lados. -----

-----O Deputado Municipal Antunes Ribeiro disse que normalmente pergunta tudo ao Presidente da Assembleia, e que quando este delegou, uma ou duas vezes, no Presidente da Câmara para lhe responder e este disse que não respondia, fica ao primeiro essa responsabilidade, porque delega. A ultima vez que aconteceu foi quando o Eng.º Campelo esteve na Assembleia, fez-lhe perguntas, e depois ausentaram-se, o Eng.º saiu e já não respondeu. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal pediu para o Deputado Municipal Antunes Ribeiro reformular a pergunta. -----

-----O Deputado Municipal Antunes Ribeiro voltou a perguntar se os corpos sociais e a Junta de Freguesia são, maioritariamente as mesmas pessoas. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal questionou se o Deputado achava que ele tinha que saber isso. -----

ACTA DE 25/02/2005

-----O Deputado Municipal Antunes Ribeiro respondeu que o Presidente da Mesa tinha que pedir a quem sabe. O diálogo ali é entre o Presidente da Assembleia, a Mesa e os Deputados Municipais. Provavelmente o Presidente da Assembleia é a pessoa que vai responder aos Deputados e tem na Assembleia as pessoas indicadas para responder. Se por acaso elas entendem que não devem responder, porque são superiores, ou por outro motivo qualquer, pronto. Mas não se zanga ali com nenhum elemento do executivo porque quem lhes dá a palavra e lha tira é o Presidente da Assembleia. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em relação à Educação, Cultura e Desporto achou muito interessante o torneio de futsal que a Câmara organizou. Envolveu muitos jovens e como intervenientes destes torneios julga que as outras equipas e as outras associações que aderiram, em especial o Sport Clube de Ferreira do Zêzere fizeram um trabalho interessante no concelho. Costuma ler os jornais desportivos aqui da zona e de facto estes só começaram a dedicar algum espaço ao Concelho de Ferreira do Zêzere a partir destas organizações aqui feitas. Depois poderá dar algumas ideias se assim o entender. Quanto ao Cirius 2005, acha que esta actividade deve ser bastante mais divulgada e ter mais visibilidade junto das comunidades portuguesas que trabalham no estrangeiro. Julga que se poderia fazer através das Embaixadas desses países alguma divulgação desta actividade. Acha excelente a Câmara continuar a apostar nesta actividade. Quanto aos subsídios, concorda, pois estes, normalmente são decorrentes de obras extraordinárias ou de obras novas que aparecem, e as Associações não têm capital para as realizar. Também foi de opinião que as Associações deveriam, em Janeiro, enviar um plano de actividades para a Câmara Municipal. Em relação à Associação Protectora de Animais de Tomar, considera importante que a Câmara continue a apostar na criação

do canil, em Tomar, já que neste concelho não se pode fazer, e se calhar 250,00 € até é pouco. Quanto aos projectos aprovados e obras em curso, esteve há dias, como cidadão, numa reunião para discutir problemas ligados à água e ao mar e achou interessante o concelho de Ferreira do Zêzere ser apontado como exemplar na história do saneamento, quando considerado nos concelhos do interior. Perguntou por último para quando estava indicada a inauguração da Central de Camionagem e o funcionamento do Edifício dos Paços do Concelho.-----

-----O Presidente da Câmara Municipal em resposta às questões colocadas começou por dizer que, quanto à Central de Camionagem, estavam de momento em contactos com os transportadores no sentido de afinarem um regulamento de cedência ou ocupação daquele edifício, e só fazia sentido inaugurar depois dessa questão aprovada pela Câmara. Em relação ao Edifício dos Paços do Concelho estão a iniciar os contactos para o mobiliário e equipamento, e logo que isso aconteça e esteja arranjada a parte exterior, farão a inauguração. -----

-----Não havendo mais intervenções a registar passou-se ao ponto 3 da Ordem de Trabalhos.-----

-----**3.º Ponto: - Outros Assuntos de Interesse para a Autarquia, ao abrigo da alínea r), do n.º 1, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.** -----

-----O Deputado Municipal Bruno Silva iniciou a sua intervenção agradecendo os parabéns que o Sr. Deputado Municipal João Costa enviou aos Partido Socialista e, para além da sua natural satisfação pelo resultado do partido, congratulou-se com a vitória de toda a esquerda. Notou que, pelo menos desde 1999, tem havido uma maior afluência às urnas, mas em contraste, em número absoluto de votantes essa afluência tem diminuído. Notou também que desde essa data até estas eleições o

ACTA DE 25/02/2005

concelho tem cerca de menos 500 eleitores. Saiu não há muito tempo um estudo do INE, que avaliou todos os concelhos do país pelo seu poder de compra e em cerca de 300, o concelho de Ferreira do Zêzere está na posição 285 pelo que, questionou qual a leitura que o Presidente da Câmara fazia da conjugação destes dois factores, e quais as responsabilidades do mesmo nesta matéria. -----

-----O Deputado Municipal Fernandinho Lourenço interveio dizendo que é um Autarca bastante atento tanto no que se passa na sua freguesia como nas outras pelo que referiu algumas situações. Junto à casa do Sr. Leonel, dos acordeons, há duas placas sinaléticas que tiram a visibilidade a qualquer motorista que saia dessa estrada e entre na 238. Bastava deslocá-las um pouco para trás para resolver o problema. Junto ao viveiro dos Manéi's existe uma estrada que não está sinalizada. Essa estrada pensa que vai para os Infestinos, Pias e Areias. Depois a seguir à Junta de Freguesia de Águas Belas há uma placa muito antiga que diz "Vale Palheiros e Camarinha", e como não está pintada não se vê. Pediu à Câmara para ter em atenção estas questões. -----

-----O Deputado Municipal Manuel Lourenço referiu que ia ser muito rápido, muito frontal e muito claro. Questionou se o Presidente da Câmara, como residente na vila de Ferreira do Zêzere, tinha conhecimento das condições das águas que saem da Etar do Carrascal. -----

-----O Deputado Municipal João Costa mostrou um envelope que recebeu em que vê o escudo heráldico de Ferreira do Zêzere em baixo e a abelha ao cimo destacada. Perguntou se era para trocar de emblema da Câmara porque de facto não entende. Para si o que deve vir destacado é o que conhecem desde o tempo dos avós. A abelha até é gira, Ferreira do Zêzere é uma zona de pinhal com muitas urzes, com muitas flores, mas fica apreensivo se isto é para daqui a amanhã voltarem a levar

ACTA DE 25/02/2005

uma chapelada e sai o emblema e fica a abelha. Pediu para ser esclarecido quanto àquela razão pois é uma coisa que o intriga porque não era aquilo que conhecia. Em seguida referiu que vai para três anos que está na Assembleia e não tem tido o prazer de ver na Assembleia determinadas questões que são da competência desta. Procedeu à leitura do artigo 53.º, alínea c), d) e i) do n.º 1. Supõe que tem havido algumas destas auditorias à Câmara mas não viu o relatório. Fazendo referência a uma intervenção do Presidente da Mesa da Assembleia em que este se dirigiu ao Deputado Municipal Antunes Ribeiro lembrou que as competências do Presidente da Mesa da Assembleia e dos Secretários estão regulamentadas no artigo 54.º. Para os Deputados não poderem interferir na condução dos trabalhos e usarem da palavra quando querem, supõe que, também o Presidente da Assembleia se deve cingir às suas funções. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal respondeu que tem feito isso e que o Deputado Municipal João Costa também devia respeitar mais os outros. -

-----O Deputado Municipal José Manuel Russo interveio dizendo que queria esclarecer a todos os presentes que a Junta de Freguesia de Dornes fez um pedido à Câmara Municipal para a ajuda da aquisição do dito edifício para fazer a sede, dado que a sede da Junta de Freguesia é no edifício que lhe foi doado por um proprietário nos anos 70, tem uma escada com cerca de 20 degraus que os idosos têm alguma dificuldade em subir, e pretendem arranjar uma sede nova. Informou também que nenhum dos membros da Junta de Freguesia faz parte da direcção da Associação de Cultura e Recreio de Dornes. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal no uso da palavra informou que ia levar um assunto, que embora parecesse que não tinha a ver com o concelho e com a Câmara de Ferreira do Zêzere, no seu entendimento tinha. O assunto tinha a

ver com o Deputado Municipal Antunes Ribeiro, pelo que pediu imensa desculpa, mas tinha que falar nele ali. O Deputado Antunes Ribeiro foi eleito, há pouco tempo, para Vice-Presidente da Adega Cooperativa de Tomar, o que é bom porque significa que têm lá alguém do concelho. Informou de seguida que faz parte de uma comissão que tem a ver com a autorização do plantio ou arranque de vinhas, em especial da casta Fernão Pires e João Castelhão Tintureiro, em zonas cársicas, em pés supostamente vindos do século XVIII. Quando há uns anos a família do Sr. António Rato fez o grande plantio da vinha foi baseada, precisamente, nas velhas vinhas da Cagida que por sua vez tinham sido desmembradas dos terrenos da Ordem dos Templários e da Ordem de Cristo. Isso no território de Tomar ainda está em vigor. Nessa altura, o concelho de Ferreira do Zêzere tinha muita vinha, especialmente em toda a zona cársica do concelho. Os mostos da casta Fernão Pires chegam a atingir 28° e 30°, no mosto não fermentado, o que dá vinhos elevadíssimos, de boa qualidade e de muita produção e rentabilidade. Pediu ao Deputado Antunes Ribeiro, que a cooperativa de Tomar não se fechasse de novo só no concelho de Tomar e em 3 ou 4 sócios politizados pela Praça da República e, que de facto soubesse fazer uma parceria juntamente com a Câmara de Ferreira do Zêzere e se calhar com as Freguesias, para que através, de uma associação de agricultores ligados à vinha, pudessem criar mais valias para este concelho no plantio e re-plantio de vinhas, uma vez que têm terrenos excelentes tanto na zona cársica como na zona dos xistos, que neste momento são muito mais rentáveis que o eucalipto. Ao Deputado Municipal Antunes Ribeiro disse ainda que agradecia que este fizesse um esforço para que chegue alguma coisa ao concelho de Ferreira do Zêzere. -----

-----O Deputado Municipal Antunes Ribeiro informou que a Adega Cooperativa de Tomar manifesta toda a disponibilidade para cooperar com a Câmara Municipal

de Ferreira do Zêzere e com todas as outras, inclusivamente no caso de Tomar que é muito próxima. O Presidente da Câmara de Tomar até já contactou os novos corpos sociais e pensa que até a Região de Turismo dos Templários o fez. A Adega, no fundo faz parte da nossa região, e do seu ponto de vista, as pessoas que lá estavam não eram políticos, eram pessoas demasiado idosas e agarrados àquilo, mas em termos de gestão estavam completamente ultrapassados. Pensa que é fácil fazer melhor. Quanto a recuperar trata-se de uma actividade que lhe parece que está em crise, mas essa cooperação com as Câmaras e outras entidades, inclusivamente, vão escrever dizendo que os corpos sociais mudaram e que estão abertos à colaboração em todos os sentidos. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal em resposta às questões colocadas disse, ao Deputado Municipal Bruno Silva, que não tinha elementos para contradizer o estudo pelo que não fazia qualquer comentário a esse respeito. Quanto às Placas dos cruzamentos, que o Deputado Municipal Fernandinho Lourenço indicou, essencialmente há falta de iluminação pública e estavam a falar de uma estrada que era nacional, mas era evidente que a Câmara poderia ter colocado mais iluminação pública. -----

-----O Deputado Fernandinho Lourenço esclareceu que não se referia propriamente à iluminação, mas à falta de pintura das placas ou substituição das mesmas. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal continuou informando que as últimas análises que receberam da Etar do Carrascal eram de Dezembro, não seriam na totalidade eficientes. É uma estação de tratamentos com muitos anos que não é da responsabilidade da Câmara, embora compita a esta estar atenta. Está convencido que as Águas do Centro estão a fazer o melhor e estão a levar por diante a execução

da Etar que vai substituir esta, para um tratamento eficaz totalmente diferente do que está a acontecer ali. Quanto ao brasão do Concelho, que muito os honra, não o pretendem tratar mal, pretendem sim “dar nas vistas”. Quiseram dizer às pessoas que estão cá, que o concelho merece a visita de todos e apenas isso. O brasão continua e continuará. Lamentou que o Deputado Municipal João Costa continue a insinuar, pois se tem conhecimento de algum inquérito nos últimos 4 anos deve dizê-lo e não insinuá-lo. Não houve qualquer actividade inspectiva à Câmara. Quanto à fiscalização, a Assembleia Municipal pode e deve fiscalizar tudo o que entender. Não é ali que deve pedir os elementos, deve pedir à Câmara tudo o que precisar. Felicitou o Deputado Antunes Ribeiro pela sua eleição, e todos sabem que de Ferreira do Zêzere foi muita uva para a Adega Cooperativa, portanto a Câmara também estará disponível para tudo o que possa ajudar, no sentido de facilitar a vida dos poucos produtores de vinho do concelho. -----

-----O Deputado Municipal João Costa esclareceu que o que quis dizer em relação às empresas referidas no artigo 53.º era ir à Assembleia os relatórios de contas e os orçamentos. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal perguntou ao Deputado que o antecedeu se alguma vez alguém lhe negou algum papel e se não o fez, porque é que ele quer dar a entender que as pessoas lhe escondem as coisas.-----

-----O Deputado Municipal João Costa respondeu que nunca lhe negaram nada e que não estava a dizer que lhe escondiam as coisas, e se assim o entendiam, entendiam mal. A Câmara traz o seu orçamento e as suas contas à Assembleia e por arrastamento traria as outras. -----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão, pelas 23

